

Alda Heizer – Antonio Augusto Passos Videira  
*organizadores*

# CIÊNCIA, CIVILIZAÇÃO E REPÚBLICA NOS TRÓPICOS



Copyright © by

Alda Heizer, Antonio Augusto Passos Videira *et alii*, 2010

Direitos desta edição reservados à

MAUAD Editora Ltda.

Rua Joaquim Silva, 98, 5º andar

Lapa — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20241-110

Tel.: (21) 3479.7422 — Fax: (21) 3479.7400

www.mauad.com.br

em coedição com

Faperj – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa  
do Estado do Rio de Janeiro

Av. Erasmo Braga, 118, 6º andar – Centro

CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3231.2929 – Fax: (21) 2533.4453

www.faperj.br

*Projeto Gráfico:*

Núcleo de Arte/Mauad Editora

*Revisão:*

Cecília Moreira

Agradecimentos ao Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro,  
à Uerj, à Embrapa e à Faperj, pelos apoios recebidos.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

C511

Ciência, civilização e república nos trópicos / [organizadores Alda Heizer, Antonio Augusto Passos Videira]. - Rio de Janeiro : Mauad X : Faperj, 2010.

il.

Trabalhos apresentados no Seminário Ciência, Civilização e República nos Trópicos: 1889-1930, realizado em abril de 2008, na cidade do Rio de Janeiro

384p. ; 16cm x 23cm

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7478-324-6

1. Ciência - Brasil - História - Congressos. 2. Ciência e Estado - Brasil - Congressos. 3. Brasil - História - República Velha, 1889-1930 - Congressos. I. Heizer, Alda. II. Videira, Antonio Augusto Passos. III. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

10-2165.

CDD: 509.81

CDU: 5(81)

## **Colecionando o outro: o olhar antropológico nos primeiros anos da República no Brasil**

*Regina Abreu*

Em tempos pós-modernos, onde não raro a pesquisa científica é desprestigiada, considero alentador dialogar com pesquisadores que continuam acreditando na relevância da ciência para a dinâmica do mundo contemporâneo no sentido de balizar debates e demandas que refletem os mais diversos interesses de grupos e indivíduos. Outro aspecto que a meu ver deve ser sublinhado na iniciativa deste livro é o aspecto de continuidade. Numa época em que os eventos, inclusive os científicos, primam pela velocidade e fluidez, é preciso mais do que nunca apostar na continuidade e em mecanismos que nos assegurem a apropriação do conhecimento produzido. Este Colóquio, que foi concebido visando dar sequência a outro com o mesmo teor centrado no período do Império e do qual eu mesma participei, é portanto, para mim, uma agradável experiência que vem somar e acrescentar reflexões iniciadas naquela ocasião. Agradeço aos organizadores a oportunidade de estar aqui e de alinhar algumas ideias sobre o tema proposto.

Tendo em vista minha formação disciplinar em Antropologia Cultural, escolhi trazer algumas reflexões sobre as primeiras experiências que ocorreram no Brasil, justamente no período da República Velha, de um exercício de construção da alteridade ou de implementação de um certo olhar para o outro. É justamente com o advento da República que alguns intelectuais brasileiros descobrem, não sem perplexidade, a existência da diferença.

No período a que estamos nos referindo, os povos que habitavam o vasto território brasileiro eram em muitos aspectos diferentes dos cientistas que pesquisavam e pensavam o país. Além disso, esses povos eram diferentes entre si. E, mais, eles existiam em carne e osso, adotavam costumes e hábitos singulares, professavam crenças que em muito divergiam do cientificismo evolucionista e positivista dos mais notáveis intelectuais – justamente aqueles que se autoproclamavam ideólogos da República recém-implantada. Essa descoberta do povo pelos intelectuais brasileiros no início do perí-



odo republicano, longe de ter sido um acontecimento apaziguado, foi, pelo contrário, cercada de eventos trágicos, dos quais o massacre de Canudos constitui seu principal emblema. Pode-se mesmo dizer que os intelectuais brasileiros viram-se literalmente obrigados a reconhecer, nomear e decifrar a existência de um povo brasileiro. Quão longe estamos dos movimentos românticos alemães, quando a valorização de antigas tradições camponesas emprestava uma aura de beleza e, pode-se mesmo dizer, de nobreza, à descoberta dos costumes, das diferentes formas de religiosidade, dos modos de ser e de fazer, enfim, daquelas qualidades que Herder definiu como a suprema poesia das camadas populares. Não são poucos os autores que informam que no Brasil republicano, pelo contrário, havia um desejo de ignorância por parte das elites com relação às camadas populares. Estas representavam o atraso e mais um sem-fim de traços de selvageria e barbárie que era preciso superar para atingir o progresso e a civilização, igualando o Brasil aos países modernos do Ocidente.

É preciso dizer que esse desejo de ignorância não era apanágio apenas das elites socioeconômicas ou políticas. Muitos de nossos mais notáveis intelectuais faziam questão de não querer ver ou de não se importar com as camadas populares. Quando muito, elas apareciam em pinceladas idealizadas em ensaios e poemas nostálgicos. Enfim, havia um fosso abissal entre, de um lado, a elite e os intelectuais e, de outro, diferentes segmentos populacionais que ocupavam o território no início do período republicano.

De forma crescente e certamente inesperada para muitos intelectuais, esse fosso, que durante o Império escravocrata podia ser traduzido apenas como uma distância necessária entre mundos sociais não necessariamente comunicáveis, passou a se constituir numa questão obrigatória para administradores, políticos, intelectuais, homens de ciência.

As palavras mais contundentes sobre o divórcio e a incomunicabilidade desses mundos sociais díspares que a República recém-proclamada apresentava foram escritas por Euclides da Cunha em *Os sertões* (Cunha, 2007):

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos...

O tema do radical distanciamento de uma elite moderna, adepta de ideais universalistas com relação a segmentos de populações com tradições diversificadas, alheias e excluídas dos projetos modernizadores, é o objeto central de *Os Sertões*, obra que clama por políticas inclusivas no investimento nacional. Não deveriam ter enviado soldados ao convulsionado Arraial de Canudos no sertão da Bahia, mas mestres-escolas, é o que conclui Euclides da Cunha após ter presenciado o massacre de Canudos. Ou seja, do ponto de vista do aparelho de Estado, era preciso incluir os diferentes segmentos populacionais num projeto único que consolidasse a República. Euclides compreende o erro de Canudos e exclama: “resta-nos o dever de incorporar à civilização estes rudes patrícios que – digamos com segurança – constituem o cerne da nossa nacionalidade”. Ou ainda: “Sejamos justos – há alguma coisa de grande e solene nessa coragem estoica e incoercível, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios transviados e cada vez mais acredito que a mais bela vitória, a conquista real consistirá no incorporá-los, amanhã, em breve, definitivamente, à nossa existência política”. Incorporação que viria com um projeto educativo capaz de criar condições para que os diversos segmentos populacionais fossem socializados nos preceitos da nova modernidade. “Que, pelas estradas ora abertas à passagem dos batalhões gloriosos, que por essas estradas amanhã silenciosas e desertas siga, depois da luta, modestamente, um herói anônimo sem triunfos ruidosos, mas que será, no caso vertente, o verdadeiro vencedor: o mestre-escola.”

Euclides da Cunha representa o protótipo do homem de ciência do período fundador da República. Formado como engenheiro pela Escola Militar, travava contato com o que havia de mais moderno com relação às teorias científicas em voga. Com sólida formação matemática, inclinava-se, como a maior parte dos homens de ciência de seu tempo, para o positivismo, o evolucionismo e o social-darwinismo. A ênfase no ensino da matemática na Escola Militar servia para contrastá-la com as faculdades de direito, que priorizavam o ensino de humanidades e regras jurídicas. Pelo espírito da matemática chegavam para os engenheiros militares as ideias de Auguste Comte. O positivismo era abraçado por uma importante geração de engenheiros militares e intelectuais dos primeiros anos da República. Mas o que de fato predominava nos meios intelectuais eram as ciências naturais. Tanto na Escola Militar, quanto nos grandes museus – Museu Nacional, Museu Goeldi, Museu Paulista –, e ainda nas poucas universidades existentes, passou a ser valorizado no país um *ethos* científico calcado sobretudo nas grandes teorias da evolução das espécies.

Nos primeiros anos da República, os homens de ciência adquiriam um cabedal de conhecimentos científicos a partir dos quais construía uma maneira de olhar e observar a natureza. É deste modo que alguns desses intelectuais começam a observar também os diversos segmentos populacionais dispersos pelo território. As primeiras construções de alteridade têm como marca indelével a aproximação dos seres humanos



com os elementos da natureza. Intelectuais como Euclides da Cunha passam a colecionar anotações onde era fabricada toda uma imagética sobre os tipos do sertão. As populações do sertão do Brasil, entendido aqui como o interior do território, ora eram vistas como bárbaras e temidas como tais, ora como seres frágeis e indefesos que era preciso educar, ora como elementos da natureza e classificados como espécies numa taxonomia que podia incluir no mesmo patamar os elementos geológicos, botânicos, zoológicos e humanos.

O diário da viagem de Euclides da Cunha a Canudos, compreendendo o período de 7 de agosto a 3 de outubro de 1897, é revelador, evidenciando a construção de uma percepção que os homens de ciência vão construindo no período, uma espécie de lente com a qual passam a ler a realidade à sua volta.

É importante também observar que os primeiros anos da República inauguram uma sequência de expedições ao interior do país, seja pra mapear o território, seja para introduzir telégrafos, ampliar os meios de comunicação, abrir estradas, seja para atuar em conflitos sociais de várias ordens, instalar missões religiosas junto aos povos indígenas, resolver problemas de fronteiras com países vizinhos.

Nessas expedições, o instrumental do homem de ciência condiciona o olhar para certa direção. Talvez o ponto mais importante seja a descrição dos segmentos sociais a partir da lente do naturalismo. No diário de Euclides da Cunha, por exemplo, os conselheiristas são comparados a animais e plantas. Segundo suas próprias palavras: “acredita-se quase numa inversão completa das leis fisiológicas para a compreensão de tais seres, nos quais a força física é substituída por uma agilidade de símios, deslizando pelas caatingas como cobras, resvalando céleres, descendo pelas quebradas, como espectros, arrastando uma espingarda que pesa tanto como eles – magros, secos, fantásticos, com as peles bronzeadas coladas sobre os ossos – ásperas peles de múmias(...)”. Em outros momentos, sua descrição realça os traços físicos, deixando entrever uma preocupação marcante do campo científico do período: o tema das raças, a predominância de um olhar antropológico centrado na biologia e nos aspectos físicos da evolução dos seres humanos. É o caso do seu encontro com um menino que vinha dos sertões. Diz o autor: “É um menino, chama-se Agostinho, quatorze anos, cor exatíssima de bronze; fragilimo e ágil; olhos pardos, sem brilho; cabeça chata e fonte deprimida; lábios finos, incolores, entreabertos num leve sorriso perene, deixando perceber os dentes pequeninos e alvos”. Outro aspecto marcante no diário de viagem de Euclides que me parece exemplar da postura científica da época é o seu aspecto enciclopédico. Nada lhe passava despercebido. Demonstrava grande curiosidade. As anotações sucediam-se, desordenadas, procurando registrar os aspectos da região nos mais diversos planos: botânica, geologia, geografia, sociologia, aspectos locais da língua portuguesa, detalhes arquitetônicos, costumes.

Os temas da natureza, enfatizados pelas ciências naturais determinavam e se confundiam com as narrativas sobre as populações locais. Os sertanejos e as plantas eram descritos como espécimes para um viajante ansioso por tudo classificar. Euclides coleciona narrativas com forte impacto imagético, como neste trecho, quando descreve a caatinga:

(...) um quadro absolutamente novo; uma flora inteiramente estranha e impressionadora, capaz de assombrar ao mais experimentado botânico. (...) A cada passo uma cactácea, de que há numerosas espécies, além dos mandacarus de aspecto imponente, dos xiquexiques menores e dos espinhos envenenados que produzem a paralisia, dos quipás reptantes e traiçoeiros, das palmatórias espalmadas, de flores rubras e acúleos finíssimos e penetrantes (...).

O caráter descritivo é acentuado e, em diversas passagens, o homem do sertão é apresentado como um elemento da ordem da natureza, um espécime, um tipo.

O homem do sertão tem, como é de prever, uma capacidade de resistência prodigiosa e uma organização potente que impressiona. Dificilmente se encontra um espécime igual de robustez soberana e energia indômita. Pela janela entreaberta vejo neste momento um deles, a cavalo, no meio da praça, todo vestido de couro, calçando botas que sobem até a cintura, chapéus de abas largas meio inclinadas sobre a frente – as vestes rústicas de um vermelho escuro imprimem-lhe o aspecto de um cavaleiro antigo coberto ainda na poeira da batalha.

Há em Euclides algumas observações que hoje poderíamos ler como da ordem dos estudos da Antropologia Cultural. Numa certa passagem, ele menciona o tabaréu ardiloso que se utiliza da natureza ao seu redor como estratégia de sobrevivência.

Com a casca da umburana, ele faz sinetes admiráveis, com as raízes úmidas do umbu e com os caules repletos de seiva dos mandacarus extingue sua sede quando em viagem pelos sertões. Com os cocos de dicuri, as pinhas silvestres do araticum, os frutos da quixaba, da mari ou das mangabeiras de folhas delicadas ele se alimenta. As folhas do iço cobrem-lhe a cabana; a caruá de fibras longas permite-lhe obter cordas flexíveis. E, à noite, para aclarar o caminho, acende um galho verde de candombá.

As descrições de Euclides da Cunha sobre o universo do sertão, tragicamente descoberto depois da glória campanha de Canudos, sinalizam algumas dimensões sobre a descoberta da diferença por parte dos homens de ciência. Nos primórdios da construção de um pensamento antropológico no Brasil, a Antropologia era um ramo das Ciências Naturais, e os poucos antropólogos que vão surgindo nos grandes museus brasileiros



trabalham com Antropologia Física. O debate em torno das questões raciais continuava intenso e a noção da relatividade das culturas humanas está praticamente ausente das discussões durante a Primeira República.

Os primeiros antropólogos brasileiros eram essencialmente colecionadores e trabalhavam nos grandes museus fundados ainda no século XIX: Museu Nacional (1808), Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) e Museu Paulista (1894). No maior desses museus, o Museu Nacional, é a partir das administrações de Ladislau Netto (1874-1893) e de Batista Lacerda (1895-1915) que a pesquisa científica se estrutura e se difunde com a publicação de uma revista trimestral: *Os Arquivos do Museu Nacional*. Os novos pesquisadores eram em grande parte naturalistas, e suas pesquisas implicavam necessariamente a formação de coleções de estudos. A antropologia constituía um ramo das ciências biológicas e naturais. As pesquisas eram pautadas por questões de antropologia física baseadas sobretudo em modelos de craniometria. O primeiro curso de antropologia oferecido no país era ministrado em 1877 por João Batista Lacerda e tinha como programa análise da anatomia humana. Os estudos de Antropologia Física levaram à prática de colecionamento de ossos humanos, sobretudo de cérebros. Lacerda, por exemplo, comenta, em artigo publicado na revista do Museu Nacional, sua satisfação em poder levar adiante o trabalho sobre os botocudos, uma vez que já conseguira reunir onze cérebros de “espécies dessa tribo” (apud Schwarcz, 1993, p. 74). Lacerda se inseria no amplo debate evolucionista que procurava encontrar em culturas afastadas exemplos de estágios mais atrasados, que comprovassem uma “infância da civilização”. Portanto, a prática de colecionar vestígios de outros povos iniciou-se no Brasil como uma prática ligada à Antropologia física com a proliferação de coleta de ossos humanos entre os nativos. Nessa primeira fase da Antropologia, o ideal de todo antropólogo era organizar uma “coleção sistematicamente e cientificamente classificada”, como dizia o naturalista Emílio Goeldi (ibid., 1993, p. 87).

A prática de colecionar artefatos representativos das diferentes culturas intensificou-se particularmente entre viajantes e naturalistas, num período em que o colecionismo implicava recolher vestígios e testemunhos da botânica, da biologia e da cultura. Essa prática de colecionamento articulava-se com uma visão positivista da ciência calcada na evidência empírica como comprovação das teses formuladas pelos cientistas.

Outro fator determinante nas práticas de colecionamento nesse período consistiu em políticas de museus estrangeiros que fomentaram grandes expedições científicas ao Brasil para coletar acervos de povos indígenas. Grupioni assinala que a partir do início do século XX os grandes museus etnográficos da Europa e dos Estados Unidos estimularam expedições científicas a países considerados exóticos, onde ainda era possível encontrar culturas tradicionais ou primitivas com o objetivo de formar grandes coleções etnográficas. Essa prática de colecionamento buscava salvar o que irremedia-



velmente iria se perder, daí a significação de relíquia ou de testemunho expressa pelo recolhimento de artefatos produzidos por estes povos. De acordo com Grupioni, “as coleções etnográficas cumpriam, assim, papel fundamental: como documentos materiais das mais diversas formas da atividade humana, eles se constituíam no registro palpável da diferença e, antes que esta desaparecesse, era fundamental aprisioná-la para que ela fosse estudada e exibida” (Grupioni, 1998, p. 250).

O personagem emblemático desse período é Curt Nimuendaju, que se tornou a maior autoridade no campo da etnologia indígena durante toda a primeira metade do século, mantendo relações com praticamente todas as instituições e órgãos importantes de seu tempo. Sua vida e obra relacionam-se diretamente com a emergência da etnologia como disciplina no Brasil e a institucionalização do indigenismo nacional, ocorridos no início do século, chegando a ser considerado o “pai da etnologia brasileira”. Nimuendaju nasceu na Alemanha, sob o nome de Curt Unkel, em 1883, e emigrou para o Brasil aos 20 anos de idade, em 1903. Seu primeiro contato com os índios ocorreu em 1905, quando, na qualidade de ajudante de cozinheiro, foi contratado pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, tomando parte na exploração do rio Aguapeí, e entrando em contato com os guarani e com os kaingang, no oeste de São Paulo. No ano seguinte passou a conviver com os apokuva-guarani do rio Batalha, sendo adotado ritualmente pela tribo e recebendo o nome de Nimuendaju – “o ser que cria ou faz o seu próprio lar” (ibid., p. 173, 174). Desde então, até sua morte em dezembro de 1945, ocorrida de forma misteriosa por envenenamento entre os índios tikuna em Santa Rita do Weil no Amazonas, Nimuendaju participou de dezenas de expedições científicas, patrocinadas por instituições brasileiras e estrangeiras, estudando, coletando artefatos dos povos indígenas e interferindo em questões relacionadas a estes povos. Seu trabalho abarcou domínios do indigenismo, da linguística, da etnografia e do colecionamento. Nimuendaju foi responsável pela reunião de milhares de peças de grupos indígenas diversos, entre eles os canela, xerente, tikuna, pataxó, kamakã, kariri-sapuyá, baeña, maxakali e totocudos. De acordo com Grupioni, o trabalho em diversos domínios ou especialidades nem sempre interligava-se. O colecionamento particularmente era uma atividade paralela às pesquisas etnográficas e, muitas vezes, realizada com o intuito de sobrevivência, uma vez que não havia ainda a institucionalização de órgãos de fomento à pesquisa científica. Nimuendaju coletava para museus europeus e brasileiros, especialmente para o Museu de Gotemburgo, o Museu Nacional e o Museu Goeldi. Grupioni cita, por exemplo, a venda em 1937 de 146 artefatos dos xerente e 22 artefatos dos apinayé para o Museu de Gotemburgo e, no mesmo ano, a venda para o Museu Nacional de 278 objetos e para o Museu Goeldi, 560 objetos dos canela. Também nos anos 1930, Nimuendaju colabora com instituições americanas realizando pesquisas e colecionando artefatos indígenas. Grupioni revelou uma quantidade impressionante de

artefatos indígenas que saíram do país ou foram coletados para os grandes museus nacionais.

Até o final da Primeira República, a construção da alteridade no Brasil voltava-se para o exótico e para o que Marisa Peirano chamou de alteridade radical. Centenas de objetos foram recolhidos aos museus dentro e fora do país com a intenção de preservar relíquias de sociedades que se acreditava estariam fadadas ao desaparecimento (ibid.).

A descoberta da diferença foi um processo constitutivo da Primeira República. A antropologia no Brasil surge como uma antropologia do Brasil. Enquanto, a partir dos anos 1920, surgia na Europa e nos Estados Unidos uma antropologia relativista voltada para estudos de diferentes povos e culturas em diferentes continentes, no Brasil, os primeiros intelectuais a focalizar o tema da diferença exercitam dentro do país as suas pesquisas numa dupla perspectiva de reflexão e militância. Ou seja, os homens de ciência almejam pensar e ao mesmo tempo contribuir para a construção nacional.

A República desponta para os intelectuais da primeira hora como um regime político moderno ao qual é preciso aderir, mas para o qual, também e paradoxalmente, o país não havia se preparado. O olhar antropológico que se configura expressa o distanciamento entre uma elite política e intelectual e amplo segmento de população, principalmente os sertanejos, habitantes do interior. Olhar para o outro significa olhar para dentro do país, mapeando, identificando, documentando e colecionando índios, sertanejos, seringueiros.

Entretanto, todo este mapeamento não significou a adesão a um conceito antropológico de cultura, à formação de um pensamento relativizador. A pedra de toque do pensamento social brasileiro dos primeiros anos da República permaneceu sendo a da civilização, a de como uma nação economicamente atrasada, com um contingente tão vultoso de negros recém-saídos do seu longo cativeiro, com um passado colonial ainda por tantos motivos tão arraigadamente presente, com um lastro rural, caipira, sertanejo tão onipresente, poderia dar o salto que a igualasse às coirmãs da sociedade das nações. O advento da República inaugura e coincide com um novo momento no pensamento social brasileiro: novos desafios que visam superar os diagnósticos que predominaram durante o período monárquico de maldição racial, de determinação climática, de doenças degenerativas, de culpa histórica e atraso cultural. Mas esses desafios não serão transpostos com rapidez. Pelo contrário, dependerão de um lento processo de transformação de mentalidades arraigadas e marcadas por uma visão de mundo imersa nos paradigmas das Ciências Naturais do século XIX. Processo que, em grande medida, ainda se encontra em curso.



## Referências bibliográficas

- ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Rocco/Funarte, 1988.
- CUNHA, Euclides da. *Canudos*. Diário de uma expedição. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Os sertões* (Campanha de Canudos). São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- PEIRANO, Mariza G. S. Antropologia no Brasil (Alteridade contextualizada). In: MICELI, S. (org.). *O que ler na Ciência Social brasileira*. São Paulo: Sumaré, 1999.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.